

A DINÂMICA TERRITORIAL DO USO DOS RECURSOS NATURAIS, NO SETOR FURO DO CAPIM, MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA, FRENTE AOS GRANDES EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS

Tayse Fernanda do Amaral Silva

Instituto Federal do Pará- IFPA-Castanhal/Tayse.silva17@hotmail.com

Ana Paula Oliveira Aranha

Universidade Estadual Paulista-UNESP/anapaula.olaranha@gmail.com

Hemelyn Soares das Chagas

Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA/hemelyn.s@gmail.com

Adalgisa Gomes Lima

Instituto Federal do Pará- IFPA-Castanhal /adalgisaagrolima@gmail.com

Romier da Paixão Sousa

Instituto Federal do Pará- IFPA-Castanhal /romier.sousa.ifpa@gmail.com

Área Temática 1: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmicas Territoriais e Conhecimentos Tradicionais
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O município de Abaetetuba é um dos mais importantes e dinâmicos da região do Baixo Tocantins, contudo, o avanço de atividades portuárias, tem provocado uma série de questões quanto aos impactos socioambientais causados a população local. O trabalho buscou identificar de que forma os empreendimentos portuários têm impactado na dinâmica de uso dos recursos, no setor furo do Capim, localizado na ilha do Capim, Abaetetuba. Para o levantamento de informações, utilizou-se entrevista semiestruturada e caminhada transversal. Foi identificado que grande parte das famílias que ali residem, apresentam suas atividades voltadas principalmente para a pesca, intercalando-a com o manejo e coleta do açai. Os moradores relataram a preocupação quanto aos impactos oriundos da presença dos empreendimentos, dando destaque para o próprio incidente com o naufrágio do navio cargueiro, que acarretou problemas quanto a utilização dos recursos locais, devido a redução da pesca e até mesmo, a própria permanência dos moradores.

Palavras-Chave: Amazônia, povos tradicionais, ilha do Capim

Abstract

The county of Abaetetuba is one of the most important and dynamic in the Baixo Tocantins region, however, the progress of port activities has provoked a series of questions about the social and environmental impacts caused to the local population. The work sought to identify how the port enterprises has impacted on the dynamics of resource use, in the Capim sector, located on Capim Island, Abaetetuba. For the information collection, a semi-structured interview and transversal walk were used. It was identified that most of the families that live there present their activities mainly focused on fishing, intercalating it with the management and collection of the açai. The residents reported concern about the impacts of the presence of the enterprises, highlighting the incident with

the wreck of the freighter, that caused problems regarding the use of local resources due to the reduction of fishing and even the permanence of the residents.

Key words: Amazon, traditional peoples, island of Capim

1. Introdução

Abaetetuba é um dos mais importantes e dinâmicos município da região do Baixo Tocantins. Encontra-se situada na confluência do rio Tocantins com o rio Pará, formando a porção leste do estuário amazônico e com grande parte de seu território constituída por ilhas fluviais (GONÇALVES et al., 2016) o que lhe denota uma importância significativa para a população que ali residem.

A população das ilhas é considerada como povos tradicionais, onde vivem em pequenas comunidades, em sua maioria, na beira dos rios, igarapés, lagos que compõem o complexo estuário amazônico, e que por estarem sujeitos ao meio ao qual estão inseridos, apropriam-se dos principais recursos básicos para desenvolvimento das suas atividades produtivas (NODA et al., 2001), o que lhes permite construir uma cultura peculiar de utilização dos recursos naturais aquáticos e terrestres. Por compor um mundo de trabalho que obedece ao ciclo sazonal das águas, desenvolve atividade, voltadas para o extrativismo vegetal, pesca, caça e agricultura (DIEGUES, 2007).

Todavia, é uma população que desde seu processo histórico de ocupação, sofreu influências externas nas suas atividades, principalmente, por fazer parte de uma região rica em biodiversidade e recursos naturais. O município, até a década de 70, foi marcado pelo dinamismo dos rios, tendo a capital Belém como principal ponto de referência em suas relações socioculturais e comerciais. Entretanto, com a abertura da rodovia PA-252, ligando Abaetetuba à capital do estado, houve um significativo crescimento urbano (GONÇALVES et al., 2016) o que acarretou, conseqüentemente, na abertura para novas atividades econômicas.

Na década de 1980, em decorrência de uma política de desenvolvimento que, implicava na ocupação da Amazônia e integração com o capital nacional e internacional, a partir da gestão das muitas riquezas, diversos municípios da região sofreram forte intensificação de suas atividades, destinando-as para a extração mineral (FERRARI, 2013). O próprio município de Barcarena, localizado próximo a Abaetetuba, intensificou os processos industriais, principalmente, para a extração da bauxita, rocha rica em óxidos de ferro. Com esse processo, Abaetetuba também sofreu fortes influências no desenvolvimento demográfico, econômico e social.

Diante desse contexto, tem-se percebido, nos últimos anos, o avanço de atividades voltadas para a exploração mineral sobre a região, alavancando uma série de questões quanto aos aspectos socioambientais de povos tradicionais que vivem as margens de grandes empreendimentos, onde cada vez mais, tem-se discutido os passivos ambientais das atividades sobre os recursos e principalmente seus reflexos no cotidiano local (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010).

Assim, rodeada por um complexo de ilhas, Abaetetuba, possui áreas de várzea ou planícies de inundação, com solos predominantemente alagados, e devido a essas características, uma das suas principais atividades econômicas concentra-se na extração do açaí, sendo o município, considerado um dos principais produtores da região norte do Brasil (IBGE, 2018). No entanto, por estar localizada próximo ao município de Barcarena, onde se encontra um dos principais portos do estado do Pará, o fluxo de atividades portuárias tem refletido na dinâmica local, principalmente dos moradores residentes nas regiões de ilha, estando sob as margens dos riscos de contaminação de seus cursos d'água, causada por acidentes.

Diante desse fato e compreendendo a importância do uso dos recursos naturais para a população ribeirinha, o trabalho tem como objetivo identificar de que forma esses empreendimentos têm impactado na dinâmica de uso dos recursos, no Furo do Capim, localizado na Ilha do Capim.

2. Metodologia

O estudo foi realizado no setor furo do Capim, que se localiza na ilha do Capim, distante 10 km do município de Abaetetuba-Pará. O município, por sua vez, pertence a Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Cametá, com seus limites ao norte: o Rio Pará e município de Barcarena; a leste município de Moju; ao sul o município de Igarapé-Miri e Moju; e a oeste, os municípios de Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná (IDESP, 2014).

A ilha do Capim, faz parte do Projeto de Assentamento Agroextrativista - Santo Antônio II, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2005, com área de 1253,368 ha, constitui, atualmente, 118 famílias assentadas em Relação de Beneficiário (INCRA, 2019), que segundo Azevedo (2018) estão residindo ao longo de sete localidades ou setores (Furo, Marintuba, Vila, Caiana, Caratateua, Madalena e

Caxirinha), manejando uma ampla variedade de recursos, porém, concentrando suas atividades econômicas na pesca e no extrativismo do açai (AZEVEDO, 2018).

A ilha também apresenta algumas particularidades que a diferenciam das demais, do município, como por exemplo, possuir cerca de 70% do seu território com áreas de terra firme e 30% com área de várzea. Outro fato é que a mesma se encontra em plena Baía do Capim, enquanto que as demais são ilhas cercadas por águas de rios e igarapés (PÓLEN et al., 2014).

No que diz respeito a paisagem local, a vegetação é típica da várzea amazônica, apresentando vegetação característica, com espécies ombrófilas latifoliadas, intercaladas, com palmeiras de forma geral, especialmente, o miritizeiros e o açazeiro, dentre as quais, esta última desponta como uma espécie de grande importância para as populações locais (FERREIRA, 2013).

Acerca das metodologias empregadas para a coleta de informações, estas buscaram levantar elementos que permitissem compreender o funcionamento das atividades, bem como os problemas relacionados a atividade portuária. Nesse sentido, para o levantamento de informações, utilizou-se de duas ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo - DRP, a entrevista semiestruturada, e caminhada transversal (VERDEJO, 2010), sendo entrevistas ao final, um total de 6 (seis) famílias. Vale ressaltar que o contato e o quantitativo das amostras se deu a partir do estágio supervisionado, realizado na ilha do Capim, durante o ano de 2017.

Para o levantamento das informações, além da participação efetiva das famílias no processo, houve também o contato com representantes das organizações sociais locais, como Movimento das Ribeirinhas e Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) e o Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA), fundamentais para a compressão da dinâmica local.

O uso de outras ferramentas, como diário de campo e observação participante (MARCONI e LAKATOS, 2010) fez-se necessário, permitindo realizar o registro das percepções dos entrevistadores quanto aos vários elementos, além de compreender determinados acontecimentos dentro da localidade. Além disso, contribuiu para uma reflexão mais ampla acerca do território, independente do quantitativo de famílias entrevistadas.

3. Resultados/Discussões

Aspectos sócio produtivos das famílias do furo do Capim

Em trabalho desenvolvido na ilha do Capim, Azevedo (2018) defini os sujeitos locais como camponeses extrativistas, apresentando uma relação própria com seus agroecossistemas, onde a gestão dos recursos varia conforme cada espaço deste, forma de acesso ou compartilhamento com outros núcleos familiares, por meio de diferentes regas de uso comum, já que estes agroecossistemas possuem recursos de uso comum geridos no âmbito comunitário (AZEVEDO, 2018).

Os moradores do setor encontram-se em áreas de terra firme, próximas a área de várzea, ao qual, apresentam uma relação contínua com o rio, a terra firme e a floresta, possuindo um modo de vida tradicional com atividades voltadas, principalmente, para o extrativismo do açaí, pesca, extração de recursos existentes na floresta, como a coleta de uma variedade de frutas, da caça e algumas vezes criação de pequenos animais.

As famílias que ali residem, exibindo moradias distribuídas tanto em áreas da beira da ilha, quanto em áreas mais altas, de terra firme, apresentam agroecossistemas considerados, de modo geral, relativamente pequenos, com média de 3 a 4,5 hectares. Cabe ressaltar que os camponeses extrativistas, possuem uma característica diferente no que compete a delimitação de suas áreas, a demarcação é definida pela divisão dos igarapés e rios assim como árvores, estacas e cercas, com uma regra operacional de não entrar no limite do outro (AZEVEDO, 2018).

No que diz respeito a infraestrutura das famílias, as moradias mantêm um padrão simples e bem adequado ao ecossistema local. A maioria das casas são constituídas de madeira, nas áreas próximas a beira do rio sua frente, geralmente exibe uma “ponte” improvisada feita de madeira no formato de escada para subir em direção a residência durante a maré baixa. Em algumas localidades (áreas mais altas) se observou também a existência de casas trabalhadas em alvenaria.

A maioria das famílias possuem embarcações próprias, como meio de transporte e para o uso de suas atividades. Embarcações que vão desde o rabudo, consistindo em uma canoa adaptada com um motor de polpa que faz esta afundar e a proa da embarcação levantar durante a navegação, até embarcações maiores. Geralmente, quem não possui embarcação própria paga passagem para viajar nos barcos dos chamados “freteiros” que fazem viagens todos os dias, da ilha para o município.

Acerca de elementos que contribuem para a qualidade de vida e de atividades voltadas para o desenvolvimento local. Assim como a maioria das ilhas de Abaetetuba, na ilha do Capim ainda não tem acesso à energia elétrica. Na maioria das residências podem ser

encontradas um conjunto de gerador de eletricidade (motores à óleo diesel), com exceção de poucos moradores que já possuem sistemas de placas solares em suas residências. A inexistência de eletricidade é considerada uma problemática que os moradores vêm enfrentando, pois, esse fato contribui, significativamente, para o aumento dos gastos com combustíveis e compra de insumos utilizados para a conservação dos alimentos.

A estrutura da renda familiar compõe-se por uma associação de diversas atividades, ligadas tanto as atividades produtivas quanto à benefícios disponibilizados pelo governo, como bolsa verde, bolsa família, seguro defeso e aposentadorias. Assim, foi observado que grande parte das famílias que ali residem, apresentam suas atividades voltadas, principalmente, para a pesca, intercalando-a com o manejo e coleta do açaí. Contudo, também existem outras atividades que, não possuem tanta representatividade dentro da renda familiar, como a criação de pequenos animais como aves (galinhas, patos) e suínos, contudo, desempenham papel importante na composição alimentar.

Dentre as justificativas para a baixa representatividade, no que diz respeito a criação de animais, o surgimento de problemas com os outros moradores, acerca da presença de animais em suas áreas foi um dos fatores que contribuíram para a pouca frequência. Isso repercutiu na criação de normas de convivência, estabelecidas durante a criação do assentamento, onde houve a necessidade de se estabelecer sem seu plano de uso alguns critérios, dos quais envolvia a proibição da criação de suínos, sendo possível apenas em casos de confinamento, desse modo, muitos moradores optaram por não exercerem essa atividade.

Fazendo uma correlação com a característica do agroecossistema e a concentração das atividades desenvolvidas em cada área da ilha, Azevedo (2018) acrescenta que, devido a ilha ser dividida em cinco zonas (*Terra firme; Várzea; Rios, Igarapés e Lago; Beira da ilha; Pesqueiros*) se subdividindo também em mais outras sete zonas, isso lhe denota uma heterogeneidade na paisagem e conseqüentemente, na centralidade da atividade desenvolvida. Nesse sentido, diferente de outras zonas, o furo do Capim, é uma subzona que se encontra na *beira da ilha*, e devido a essa característica, tem maior acesso aos recursos pesqueiros.

Assim, os sujeitos locais, concentram-se, principalmente nos pesqueiros, descritos como furo e baía do Capim, e até mesmo em pesqueiros na baía do Marajó. Essas atividades são desenvolvidas praticamente o ano todo, com variações na sua intensidade, devido a atividade ser reduzida nos períodos de proibição, que acontece nos meses de novembro a fevereiro. Contudo, o que ocorre nesse período é apenas a redução do volume que é

capturado, já que o pescado é um elemento fundamental na dieta alimentar da população local.

Durante a pesquisa, foram observados que alguns elementos que fazem parte da dinâmica local, influenciam diretamente nessa atividade, e que seu conhecimento resultará em seu sucesso ou fracasso, como por exemplo, a quantidade de peixe, a espécie e o local em que se faz a captura. São condicionantes naturais como (I) a força dos ventos, que pode afetar a navegação no furo do capim ou nas baías; (II) o fluxo da maré, sendo a pesca mais intensificada no período em que há o aumento do volume das águas; (III) e as fases da lua, onde cada espécie de peixe se relaciona com uma fase da lua.

Compreender essa relação que os sujeitos possuem com meio, faz-se necessária à medida que se analisa as intervenções externas passivas de afetar à dinâmica de atividades, como por exemplo, o fluxo contínuo de balsas que ficam ancoradas em frente a ilha, para embarque e desembarque de grãos, pode implicar na mudança do uso de pesqueiros, em determinadas épocas do ano (figura 1).

Figura 4: Balsas ancoradas para embarque e desembarque de grãos próximas aos pesqueiros



Fonte: Autores (2017)

No que diz respeito a coleta do açaí, esse mostrou-se pouco expressivo, no que tange a renda familiar, contudo, tem papel relevante na cultura alimentar, com a maior parcela sendo utilizada para o autoconsumo. Talvez a possível resposta que justificativa essa realidade é o fato dos agroecossistemas do furo do Capim, de modo geral, apresentarem tamanhos relativamente pequenos, ligado ao fato de que a ilha possui uma grande parcela de terra firme, o que reduz o número de palmeiras como o açaí e aumenta a presença de espécies arbóreas.

A relação dos sujeitos com as atividades portuárias

A extração do camarão é uma atividade exercida, basicamente, pelas mulheres, realizada geralmente na beira da ilha, essa atividade bem como a extração do pescado, no entanto, vem sofrendo influência negativa de empreendimentos portuários próximos a ilha. Segundo relatos dos próprios moradores, o tráfego de balsas carregadas de grãos ligadas a atividades do porto da Vila do Conde, município de Barcarena, tem interferindo nas atividades cotidianas e colocando em risco a segurança alimentar das famílias, uma vez que, tem ocasionado não só a perda de parte da biodiversidade local, mas também acarretando o aumento de assaltos na região.

O aumento de ataques de piratas (saqueadores aquáticos) tornou-se uma preocupação recorrente, devido a invasões a casas e embarcações, deixando os ribeirinhos em situação de vulnerabilidade. A insegurança causada por estes ataques vem alterando a dinâmica e a rotina diária dessa população tendo em vista que o rio é seu principal meio de deslocamento, trabalho e lazer. A presença de balsas em frente a ilha, acarreta na procura por outros pesqueiros, cada vez mais distantes, uma vez que, as balsas permanecem por semanas na baía do furo do Capim. Diante disso, é importante salientar a preocupação exposta pelos moradores, devido a pesca ser uma das principais atividades.

A referida localidade, por estar próximo de complexos industriais, sofre frequentes impactos socioambientais. Um dos mais conhecidos, foi em relação ao acidente envolvendo o navio que naufragou com 5 mil bois e 700 toneladas de óleo diesel, próximo ao porto de Conde. Devido ao incidente, os moradores locais sofreram grandes transtornos, na qual desempenhou prejuízos na qualidade de vida das famílias.

“Quando aquele navio afundou ali em conde, ninguém podia ficar em casa e nem dormir direito, o mau cheiro tomava conta, à gente passava mais tempo pra terra firme! Aqui todo mundo ficou doente com problemas no intestino e pele por causa da água. Nosso camarão sumiu por uns tempos agora que estamos pegando de novo, muita gente passou muito tempo sem pescar, na época tinha muito peixe morto, esqueleto de boi aparecendo por aí, de lá pra cá nunca mais a pesca foi à mesma” (Agroextrativista, 57 anos).

Outro fator importante do ponto de vista ambiental para os residentes dessas localidades, são a proximidade de empreendimentos que contribuem com descarte de resíduos sólidos e líquidos, derivados do processo industrial, proporcionando risco de contaminação da água tendo como uma das principais consequências a diminuição de espécies fundamentais para pesca da região (CAETANO; PAIVA; SILVA, 2012).

Aurores como Machado (2008) relatam que desde a década de 60 e 70 com slogan “integrar para não entregar” do governo, a região amazônica vem sofrendo grandes impactos

ambientais e sociais, causados principalmente, pela extração dos potenciais naturais, abertura de rodovias, procura de terras por produtores da região sul do país, dentre outros motivos que trouxeram implicações para o município de Abaetetuba e outros municípios amazônicos. Nesse sentido, é perceptível a preocupação na fala dos moradores, com esses grandes empreendimentos que podem mudar toda dinâmica de vida das pessoas que ali residem.

Todos esses fatos têm acarretado em mudanças na qualidade de vida e na gestão dos agroecossistemas com implicações, principalmente, no uso dos recursos de bens comuns, como é o caso dos pesqueiros. Compreendendo a importância que o território tem para as populações locais, Saquet (2007) acrescenta que esse espaço não deve ser visto apenas como um meio de produção econômica, mas um espaço de relações sociais, conexões de redes, de vida, natureza, apropriação de saberes, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural como produto sócio espacial e condição para viver, habitar e produzir.

4. Considerações Finais ou Conclusão

É perceptível a relação de identidade que os moradores do furo do Capim têm com seu território, tendo em vista que a pesca é a atividade que mais caracteriza a família, seguida do manejo e extração do açai, utilizada principalmente para o consumo.

Os relatos demonstraram a preocupação quanto aos impactos oriundos da presença dos empreendimentos, que tem essa região, como rota de escoamento dos seus produtos. O próprio incidente com o naufrágio do navio cargueiro, evidencia essa situação, já que ocasionou problemas com utilização dos recursos, devido a redução da pesca e a própria permanência dos moradores, alterando, assim a qualidade da vida local.

5. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Hueliton Pereira. Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. Dissertações em Agriculturas Amazônicas (Mestrado) - PPGAA/INEAF. 2018.

CAETANO, Marta Coutinho; PAIVA, Robson Soares; SILVA, Bruno Maués da. A Etnoecologia e os Impactos das Empresas Mineradoras na Comunidade do Rio Arienga, na Vila de Beja em Abaetetuba Pará. In: VI Encontro Nacional da Annpas. Belém, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, n. 1, p. 59-77, 2010.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA.** Dissertação – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em Geografia, Belém, 2013.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; et al. Belém e Abaetetuba. In: ALVES, Fábio (Organizador). **A Função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia.** Brasília: Ipea, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Produção Agrícola Municipal. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acessado em: 01 dez 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ- IDESP. Estatística municipal: Abaetetuba, 2014. Disponível em: <http://www.fapespa2.pa.gov.br/pdf/estatisticaMunicipal/pdf/Abaetetuba.pdf>. Acessado em: 27 nov 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação.** Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT, 2019. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acesso em 05 jun. 2019

MACHADO, Jorge. **O município de Abaetetuba:** Geografia física e dados estatísticos. Abaetetuba, PA: Alquimia, 2008.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320p.

NODA, Sandra do Nascimento et al. **Utilização e aproveitamento das terras por agricultura familiar amazonense de várzea.** In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, p. 181-203, 2001.

PÓLEN, Ricardo Reis. **Dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas amazônicas.** 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de territórios.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.